



DIREITOS FEMININOS

Erika Hilton aciona MP contra Ratinho

Deputada considera transfobia comentário do apresentador — “para ser mulher, tem que ter útero, menstruar” — em programa de tevê, numa crítica ao fato de ela ter sido eleita presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara

» BIANCA LUCCA
» AMANDA S. FEITOZA
» WAL LIMA
» LETÍCIA CORRÊA*

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) protocolou, ontem, no Ministério Público de São Paulo (MP-SP), um pedido de investigação contra o apresentador Ratinho, do SBT, por ter questionado a eleição dela para presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara. No programa de quarta-feira, ele discordou de colocar a parlamentar à frente do colegiado e afirmou que “ela não é mulher, ela é trans”. Erika solicita a abertura de inquérito civil e o ajuizamento de uma ação civil pública, além de requerer uma indenização de R\$ 10 milhões por danos morais coletivos contra a população trans e travesti.

“As declarações proferidas pelo apresentador não se limitaram a uma crítica política ou a um debate institucional acerca da atuação da parlamentar, mas consistiram na negação explícita de sua identidade de gênero e na afirmação reiterada de que ela não seria uma mulher. Esse elemento constitui o núcleo da conduta aqui narrada e evidencia o caráter discriminatório do discurso proferido”, diz trecho da representação de Erika contra Ratinho.

Segundo a deputada, os comentários do apresentador repetem argumentos que negam sua identidade de gênero. Na representação, ela ressalta que as declarações teriam sido baseadas na “repetição de afirmações destinadas a negar a condição feminina da parlamentar e a sustentar que

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



O discurso de Ratinho foi, sim, para me atacar e atacar as pessoas trans. Mas demonstrou a misoginia, o ódio primal que essa figura nojenta tem de toda e qualquer mulher que não siga o roteiro que ele considera certo. Podem esprenear. Podem latir. Eu sou a presidenta da Comissão da Mulher”

Deputada Erika Hilton (PSol-SP)

mulheres trans não poderiam ser consideradas mulheres” em espaços institucionais. Erika vai além: defende que a eventual indenização seja direcionada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e aplicada em iniciativas e organizações para proteção de mulheres trans, travestis, além das mulheres cisgênero vítimas de violência de gênero.

Ao compartilhar a decisão no X (antigo Twitter), Erika explicou que “o discurso de Ratinho foi, sim, para me atacar e atacar as pessoas trans. Mas demonstrou a misoginia,

o ódio primal que essa figura nojenta tem de toda e qualquer mulher que não siga o roteiro que ele considera certo. Podem esprenear. Podem latir. Eu sou a presidenta da Comissão da Mulher”.

O comentário de Ratinho foi feito horas depois de Erika ter sido eleita presidente da comissão. “Teve uma votação hoje (quarta-feira) e deram a Comissão da Mulher para uma mulher trans. Eu não achei muito justo, não. Tem tanta mulher... Por que vai dar para uma mulher trans?”,

cobrou. O apresentador disse, também, que “para ser mulher, tem que ter útero, menstruar, tem que ficar chata três, quatro dias”.

Sem respaldo

O SBT discordou, em nota, dos comentários de Ratinho. “O SBT repudia qualquer tipo de discriminação e preconceito, que são o oposto dos princípios e valores da empresa. As declarações do apresentador Ratinho, expressadas ao vivo ontem

(quarta-feira) em seu programa, não representam a opinião da emissora e estão sendo analisadas pela direção da empresa, que tratará do tema internamente a fim de que nossos valores sejam respeitados por todos os colaboradores”, observou.

A deputada Duda Salabert (PDT-MG), que também é mulher trans, solidarizou-se com Erika. Para ela, os ataques de Ratinho foram “revoltantes”, por tratar-se de transfobia em rede nacional. “Essas falas criminosas contra a deputada Erika Hilton

assumem uma dimensão coletiva e atacam toda comunidade de travestis e transexuais”, frisou, acrescentando que também acionou o Ministério Público contra o apresentador.

Já o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) criticou, pelas redes sociais, a escolha da deputada para a presidência da comissão. “Não deveriam deixar a comissão de mulheres acontecer”, disse.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Saulo Cruz/Agência Senado



Segundo Vanessa, pornografia estimula jovens a desprezar mulheres

Juíza: adolescentes são os mais misóginos

» FABIO GRECCHI

Em depoimento ontem na CPI do Crime Organizado, no Senado, a juíza Vanessa Cavallieri, titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que a adolescência é a faixa etária com maior número de homens misóginos. A explicação para isso, segundo ela, está na pesquisa de uma universidade inglesa, que constatou que o acesso precoce à pornografia é o principal gatilho para o desprezo dos jovens contra meninas e mulheres.

A magistrada é a responsável pelo julgamento do menor de idade que participou do estupro coletivo de uma adolescente de 17 anos, no apartamento de um deles, em Copacabana, Zona Sul da capital fluminense. Ele e mais quatro adultos

abusaram da jovem depois que um deles a atraiu para o local onde aconteceu o crime, em 31 de janeiro — mas só veio à tona dias depois.

“Tem uma pesquisa de uma universidade inglesa que mostra que, em 2025, a faixa etária com maior número de homens misóginos e com ódio de mulheres é na adolescência. Tem mais adolescentes misóginos do que homens adultos e homens idosos. E isso é, principalmente, provocado por causa do acesso precoce à pornografia”, afirmou.

Segundo Vanessa, episódios de abuso sexual entre estudantes de escolas tradicionais de classe média não são exceção. À frente da Vara da Infância e Juventude há 11 anos, ela observou que há um padrão que chama atenção nos casos. Isso porque, muitas desses abusos são filmados, o que permite

observar que os adolescentes reproduzem comportamentos de conteúdos pornográficos.

“Não é o primeiro nem o 20º caso de estupro coletivo entre adolescentes de escolas tradicionais de classe média que recebo. E tem algo que me chama a atenção nesses casos: quase sempre os fatos são filmados. Claramente estão reproduzindo uma cena que viram num filme, num vídeo de sexo explícito. Há repetição de um comportamento de algo que eles não deveriam nem estar tendo acesso”, disse.

Contato precoce

Vanessa afirmou que há pesquisas que apontam que crianças no Brasil têm o primeiro contato com conteúdos pornográficos por volta dos nove anos. Esse acesso, observa

a juíza, muitas vezes ocorre de forma acidental, quando o jovem procura informações sobre educação sexual na internet. Ela afirma que tal conteúdo retrata relações misóginas, violentas e degradantes contra mulheres, o que pode influenciar a percepção de jovens que ainda não tiveram experiências sexuais.

“Quando a criança busca sobre educação sexual, em dois ou três cliques abre um site de pornografia. Os meninos e, muitas vezes, as próprias meninas estão aprendendo que é assim que devem se relacionar”, lamentou.

Os quatro adultos que participaram do estupro da jovem de 17 anos são Vitor Hugo Oliveira Simonin (18 anos), Matheus Verissimo Zoel Martins (19 anos) João Gabriel Xavier Bertho (19 anos) e Bruno Felipe dos Santos Allegretti (18 anos).

VIOLÊNCIA

Bando vendia armas de 3D

Uma operação conjunta desbaratou uma quadrilha interestadual que produzia e vendia armamentos feitos com impressoras 3D em 11 estados. Armas como pistolas semiautomáticas eram distribuídas a compradores de São Paulo, Rio de Janeiro e outras nove unidades da Federação. A incursão foi desencadeada depois que uma investigação revelou que o grupo vinha inundando o mercado ilegal com as chamadas “armas fantasmas”, que não têm rastreabilidade e podem ser montadas com materiais de fácil acesso.

A Operação Shadowgun foi desencadeada conjuntamente pela Polícia Civil do Rio, pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Quatro suspeitos foram presos, entre eles o suposto chefe da quadrilha, o engenheiro Lucas Alexandre de Queiroz. Todos foram alcançados no interior de São Paulo e responderão pelos crimes de comércio ilegal de arma de fogo, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As diligências tiveram início após um órgão internacional compartilhar

com o Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) do MP-RJ um alerta sobre um usuário de uma rede social suspeito de desenvolver e comercializar armamentos impressos em 3D. O chefe da organização criminosa é especializado em controle e automação, e foi o principal desenvolvedor técnico do armamento. Usando um nome falso, o engenheiro publicava testes balísticos, atualizações de design e orientações sobre calibração, materiais de impressão e montagem das armas.

“Ele elaborou e reproduziu um

manual com mais de 100 páginas descrevendo, detalhadamente, todas as etapas necessárias para a fabricação da arma”, diz nota da Polícia Civil fluminense.

Segundo os investigadores, o principal produto disseminado pelo grupo é uma arma semiautomática feita em impressora 3D, com componentes não regulamentados. O projeto foi divulgado, acompanhado de um manual técnico detalhado e de um manifesto ideológico defendendo o porte irrestrito de armas.

Criptomoedas

Além da difusão do projeto, o chefe da rede incentivava a produção

das armas fantasmas e utilizava criptomoedas para financiar suas atividades. O engenheiro produzia carregadores alongados de pistolas de diversos calibres na impressora 3D em sua residência e comercializava o material em uma plataforma de venda on-line. Ele contava com três comparsas que atuavam na construção e difusão dos projetos.

Em São Paulo, a operação foi realizada nas cidades de Piracicaba, Rio das Pedras, Saltinho e Tambaú. Foram apreendidas oito armas de fogo, entre pistolas, revólveres e fuzis, diversos protótipos de armamentos de fabricação própria, e centenas de munições de diversos calibres, evidenciando o potencial ofensivo

da organização, segundo a polícia. Também foram recolhidos artefatos como balestras, granadas, coletes e capacetes balísticos, além das impressoras 3D usadas para fabricar o material.

As armas foram negociadas com 79 compradores, entre 2021 e 2022. As investigações identificaram que, nos anos seguintes, ele passou a negociar com os compradores por meio de outros canais e plataformas. Os compradores estão espalhados por 11 estados. Segundo a Polícia Civil fluminense, a maioria responde criminalmente e possuiu antecedentes criminais relacionados ao tráfico de drogas e outros delitos graves.